



Dezembro/2014

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade: Tecnologia da Informação Banco de Dados - DBA

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova '22', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que tivesse as populações indígenas como objeto. As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa e menos ambígua do que seja a política indigenista.

Primeiramente temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações. O amadurecimento progressivo do movimento indígena desde a década de 1970, e o conseqüente crescimento no número e diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, sugere uma primeira distinção no campo indigenista: a “política indígena”, aquela protagonizada pelos próprios índios, não se confunde com a política indigenista e nem a ela está submetida. Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.

Numa segunda distinção, encontramos outros segmentos que interagem com os povos indígenas e que também, como eles, têm aumentado sua participação na formulação e execução de políticas indigenistas, antes atribuídas exclusivamente ao Estado brasileiro. Nesse conjunto encontramos principalmente as organizações não governamentais. Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas em diversos campos de atuação.

Contemporaneamente, portanto, temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial (formulada e executada pelo Estado) tem sido formulada e implementada a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas, organizações não governamentais e missões religiosas.

(Disponível em: pib.socioambiental.org. Acesso em 03/10/14. Com adaptações)

1. Depreende-se corretamente do texto que
- (A) a distinção entre a política indigenista e a política indígena está centrada no fato de que a primeira é implementada pelo Estado enquanto a segunda é colocada em prática pelos próprios índios.
- (B) a expressão política indigenista deixou de ser apropriada na medida em que uma diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, passou a prevalecer sobre as práticas governamentais.
- (C) a tentativa de estabelecer uma definição menos ambígua do que seja a política indigenista mostrou-se inconclusa, dada a complexidade da situação atual em que a política indígena tem sido formulada.
- (D) os povos indígenas amadureceram nas últimas décadas, o que fez com que demandas antigas do movimento indígena, aquelas protagonizada[s] pelos próprios índios, fossem abandonadas.
- (E) os agentes não indígenas, apesar dos avanços atingidos desde a década de 1970, deixaram de pôr em prática diversos projetos que tratavam de interesses específicos dos índios, nos vários setores em que atuam.

2. Mantendo-se a correção, o verbo que pode ser flexionado no singular, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está sublinhado em
- (A) ... que interagem com os povos indígenas... (3º parágrafo)
- (B) As diversas mudanças no campo do indigenismo [...] exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa... (1º parágrafo)
- (C) ...boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação... (2º parágrafo)
- (D) ...têm aumentado sua participação na formulação... (3º parágrafo)
- (E) Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas ... (3º parágrafo)

3. Considere as afirmações:
- I. O pronome destacado em ...e que também... (3º parágrafo) refere-se a outros segmentos.
- II. Ambos os pronomes aquela e ela (2º parágrafo) referem-se à expressão “política indígena”.
- III. O pronome destacado em ...como eles, têm aumentado... (3º parágrafo) refere-se a povos indígenas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

4. A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que...
- Transpondo-se a frase acima para a voz passiva sintética, a forma verbal resultante será
- (A) utilizaram-se.
- (B) utiliza-se.
- (C) utilizaram.
- (D) utilizou-se.
- (E) utilizamos.

5. Mantendo-se a correção e o sentido, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, substitui-se corretamente
- (A) “Entretanto” por “Embora” em *Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm...* (2º parágrafo)
- (B) “no entanto” por “todavia” em *As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos...* (1º parágrafo)
- (C) “portanto” por “por certo” em *Contemporaneamente, portanto, temos...* (4º parágrafo)
- (D) “no qual” por “cuja” em *temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial...* (4º parágrafo)
- (E) “a partir de” por “acerca de” em *a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas...* (4º parágrafo)



6. A frase que se mantém correta após a inserção de uma ou mais vírgulas, sem prejuízo do sentido original, está em:
- (A) *Entretanto, boa parte das organizações, e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.*
- (B) *A expressão “política indigenista” foi utilizada, por muito tempo, como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental, que tivesse as populações indígenas como objeto.*
- (C) *Nesse conjunto, encontramos, principalmente as organizações não governamentais.*
- (D) *Somam-se a este universo de agentes não indígenas, as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas, em diversos campos de atuação.*
- (E) *Primeiramente, temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações.*

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 18.

Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais, seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história. Apesar das mudanças, um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis –, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando em uma das mãos uma balança e na outra uma espada. Poucas divindades da mitologia grega sobreviveram tanto tempo. Poucos deixariam de reconhecer na imagem o símbolo da justiça.

A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias. Tanto os direitos quanto a justiça sofreram grandes transformações.

A moderna ideia de justiça e de direito é inerente ao conceito de indivíduo, um ente que tem valor em si mesmo, dotado de direitos naturais. Tal doutrina se contrapõe a uma concepção orgânica, segundo a qual a sociedade é um todo.

A liberdade, nesse novo paradigma, deixa de ser uma concessão ou uma característica de uma camada social e converte-se em um atributo do próprio homem.

A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma. O justo não é mais correspondente à função designada no corpo social, mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos.

Da igualdade nos direitos naturais derivava-se não só a liberdade, mas também as possibilidades de questionar a desigualdade entre os indivíduos, de definir o tipo de organização social e o direito à resistência. Toda e qualquer desigualdade passa a ser entendida como uma desigualdade provocada pelo arranjo social. Nesse paradigma, a sociedade e o Estado não são fenômenos dados, mas engendrados pelo homem. A desigualdade e o poder ilimitado deixam, pois, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas. À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual. Cresce a força de movimentos segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deve ser desigual para indivíduos que são desiguais na vida real.

Nesse novo contexto, modifica-se o perfil do poder público. O judiciário, segundo tais parâmetros, representa uma força de emancipação. É a instituição pública encarregada, por excelência, de fazer com que os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta. Assim, os supostos da modernidade, particularmente a liberdade e a igualdade, dependem, para se materializarem, da força do Judiciário, de um lado, e do acesso à justiça, das possibilidades reais de se ingressar em tribunais, de outro.

Para terminar, volto à deusa Têmis, que enfrentava no Olimpo o deus da guerra, Ares. Naquele tempo, como hoje, duas armas se enfrentam: a violência, que destrói e vive da desigualdade, e a lei, que constrói e busca a igualdade.

(Adaptado de SADEK, Maria Tereza Aina. “Justiça e direitos: a construção da igualdade”. In: Agenda Brasileira. São Paulo, Cia. das Letras, 2011, p. 326-333.)

7. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) o direito à felicidade e à liberdade, embora constitutivos do homem, foram formalmente usurpados na modernidade, a despeito do fato de que durante a Antiguidade tais direitos eram compreendidos como inerentes ao corpo social.
- (B) dada a persistência da imagem da deusa Têmis como símbolo da justiça ao longo dos séculos, ocorreram transformações importantes nos direitos do homem da Antiguidade grega até os dias de hoje.
- (C) a evocação da batalha da deusa Têmis contra o deus Ares vem corroborar uma das ideias defendidas no texto, qual seja, a de que, para se materializar, na atualidade a justiça deve ser um instrumento de combate à desigualdade social.
- (D) o judiciário, cuja função na modernidade é consolidar equanimemente as demandas de diversos grupos sociais, configura-se como a instituição encarregada de fazer com que os princípios da liberdade e da igualdade subsistam na realidade concreta.
- (E) a sociedade orgânica, na qual a liberdade individual era restrita a alguns estratos sociais, paradoxalmente resultou no fortalecimento de movimentos sociais segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deveria ser igual para todos os indivíduos.

8. Identifica-se uma causa e seu efeito, respectivamente, nos segmentos que se encontram em:

- (A) *A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem / implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma.*
- (B) *Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais / seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história.*
- (C) *Apesar das mudanças / um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis ...*
- (D) *À lei igual para todos / incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual.*
- (E) *... para cumprir suas funções / deve ser desigual para indivíduos ...*



<p>9. De acordo com o texto, a noção de que a sociedade não é “um fenômeno dado” deve-se, entre outras razões,</p> <p>(A) à força emancipatória de movimentos sociais originados na Antiguidade.</p> <p>(B) à crença de que os direitos do homem são inerentes ao próprio homem.</p> <p>(C) à possibilidade concreta de todo cidadão comum ingressar em tribunais.</p> <p>(D) ao fato de que a felicidade coletiva passou a ser vista como um direito social.</p> <p>(E) ao malogro dos dispositivos sociais para extinguir a desigualdade.</p>	<p>14. A respeito da pontuação do texto, considere:</p> <p>I. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após <i>lei</i>, no segmento <i>À lei igual para todos</i> (6º parágrafo).</p> <p>II. Mantendo-se a correção e o sentido, uma pontuação alternativa para um segmento do texto é: <i>um símbolo atravessou os séculos: a deusa Têmis, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando, em uma das mãos, uma balança e, na outra, uma espada...</i> (1º parágrafo).</p> <p>III. Sem prejuízo da correção, a vírgula empregada imediatamente após <i>individual</i>, no segmento <i>...mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos</i>, pode ser suprimida. (5º parágrafo)</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>10. <i>Tal doutrina se contrapunha a uma concepção orgânica...</i></p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima encontra-se sublinhado em:</p> <p>(A) <i>Poucos deixariam de reconhecer na imagem...</i></p> <p>(B) <i>Poucas divindades da mitologia grega sobreviveram tanto tempo.</i></p> <p>(C) <i>...e converte-se em um atributo do próprio homem.</i></p> <p>(D) <i>... para se materializarem...</i></p> <p>(E) <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra, Ares.</i></p>	<p>15. <i>...os supostos da modernidade (...) dependem, para se materializarem, da força do Judiciário...</i></p> <p>O verbo que possui, no contexto, o mesmo tipo de complemento que o sublinhado acima está empregado em:</p> <p>(A) <i>...os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta.</i></p> <p>(B) <i>...carregando em uma das mãos uma balança...</i></p> <p>(C) <i>O justo não é mais correspondente à função...</i></p> <p>(D) <i>... e vive da desigualdade...</i></p> <p>(E) <i>... que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias.</i></p>
<p>11. Sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, o sinal indicativo de crase deverá ser mantido caso se substitua o elemento sublinhado pelo que se encontra entre parênteses em:</p> <p>(A) <i>O justo não é mais correspondente à função designada no corpo social...</i> (atividades exercidas)</p> <p>(B) <i>À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que...</i> (integra-se)</p> <p>(C) <i>...e o direito à resistência.</i> (resistir)</p> <p>(D) <i>...e do acesso à justiça...</i> (tribunais)</p> <p>(E) <i>Para terminar, volto à deusa Têmis...</i> (evoco)</p>	<p>16. Identifica-se ideia de comparação no segmento que se encontra em:</p> <p>(A) <i>Assim, os supostos da modernidade...</i></p> <p>(B) <i>... não só a liberdade, mas também as possibilidades de...</i></p> <p>(C) <i>Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos...</i></p> <p>(D) <i>A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças...</i></p> <p>(E) <i>... para indivíduos que são desiguais na vida real.</i></p>
<p>12. <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra...</i> <i>...questionar a desigualdade entre os indivíduos...</i> <i>...um símbolo atravessou os séculos...</i></p> <p>Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:</p> <p>(A) o enfrentava – questionar-lhe – atravessou-lhes</p> <p>(B) enfrentava-lhe – a questionar – os atravessou</p> <p>(C) lhe enfrentava – a questionar – lhes atravessou</p> <p>(D) o enfrentava – questioná-la – atravessou-os</p> <p>(E) enfrentava-lhe – questioná-la – os atravessou</p>	<p>17. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em</p> <p>(A) <i>...imponente figura feminina...</i> (1º parágrafo)</p> <p>(B) <i>...particularmente a liberdade e a igualdade...</i> (7º parágrafo)</p> <p>(C) <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra...</i> (8º parágrafo)</p> <p>(D) <i>... que constrói e busca a igualdade.</i> (8º parágrafo)</p> <p>(E) <i>...que tem valor em si mesmo...</i> (3º parágrafo)</p>
<p>13. <i>A desigualdade e o poder ilimitado deixam, pois, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas.</i></p> <p>O item sublinhado acima estabelece no contexto noção de</p> <p>(A) conclusão.</p> <p>(B) finalidade.</p> <p>(C) causa.</p> <p>(D) temporalidade.</p> <p>(E) concessão.</p>	



18. Está correta a **redação** do comentário que se encontra em
- (A) Historicamente, o processo de ampliação dos direitos que compõe a cidadania representou uma redução nos níveis de exclusão social.
- (B) Perante a lei, todos usufruem de igual direito à segurança, à propriedade, à não ser condenado sem o devido processo legal etc.
- (C) Um dos mais importantes efeitos da incorporação de direitos na sociedade é a redução da distância entre indivíduos.
- (D) Concebida nos séculos XVII e XVIII, a doutrina dos direitos dos homens amalga-se à declaração de independência dos Estados Unidos.
- (E) Os direitos sociais tem por objetivo um padrão mínimo de igualdade no que se referem ao usufruto dos bens coletivos.

Noções de Direito Constitucional

19. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato que depende de autorização do Poder Público na forma da lei, inclusive no que se refere ao registro no órgão competente.
- (B) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- (C) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, desde que não exista contribuição análoga prevista em lei para a categoria.
- (D) o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

20. A teor do art. 70 da Constituição Federal: *Prestará contas qualquer pessoa .I., que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre .II. ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.*

Completam, correta e respectivamente, as lacunas I e II:

- (A) *jurídica pública – dinheiros e bens públicos*
- (B) *física ou jurídica, pública ou privada – bens e valores públicos*
- (C) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros e bens públicos*
- (D) *jurídica pública – bens e valores públicos*
- (E) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros, bens e valores públicos*

21. Nos termos da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:

- I. declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- II. decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- III. celebrar a paz, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

22. Na estrutura do Poder Judiciário brasileiro há um Tribunal

- (A) Regional do Trabalho em cada Estado.
- (B) Regional Federal em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (C) Regional Eleitoral em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (D) de Justiça organizado e mantido pela União para o Distrito Federal e Territórios.
- (E) de Justiça Militar em cada Estado da Federação com mais de duzentos mil habitantes.

Noções de Direito Administrativo

23. Quando se afirma que determinado ato administrativo regularmente editado e válido é dotado do atributo da autoexecutoriedade, significa que
- (A) seu cumprimento é obrigatório, constituindo expressão do poder de império da Administração, o que obsta questionamentos por parte dos administrados.
- (B) sua execução somente pode ser questionada na esfera judicial, vedado o estabelecimento de contraditório na esfera administrativa.
- (C) a Administração pública o editou com base em ato normativo de competência do Executivo, diante da ausência de previsão legal a respeito do assunto.
- (D) sua execução material pode ser colocada em prática pela própria Administração pública, independentemente de prévia autorização ou determinação judicial.
- (E) sua exigibilidade decorre do próprio ato, ressalvada a execução material, que depende de prévia provocação do Poder Judiciário.



<p>24. Determinado órgão público celebrou contrato de locação de imóvel para instalar sua repartição em Tartarugalzinho. O locador exigiu que o prazo de vigência fosse fixado em 60 (sessenta) meses, na forma do que dispõe a legislação civil aplicável. O administrador, contudo, inicialmente não acatou o pedido, recordando-se da norma contida na Lei nº 8.666/93 que limita a duração dos contratos à vigência dos créditos orçamentários. A preocupação do administrador, invocando a referida norma,</p> <p>(A) procede, tendo em vista que os contratos celebrados pela Administração pública não podem exceder a vigência dos créditos orçamentários.</p> <p>(B) não procede, na medida em que a lei de licitações excepcionou as locações da incidência da norma que limita o prazo de vigência dos contratos.</p> <p>(C) não procede, sendo necessário, todavia, prévia e expressa autorização normativa para a aprovação de prazo superior ao estabelecido pela Lei nº 8.666/93.</p> <p>(D) procede, tendo em vista que os contratos administrativos não podem exceder o exercício e a vigência dos respectivos créditos orçamentários, salvo diante da demonstração de interesse público e da inexistência de prejuízo.</p> <p>(E) não procede, tendo em vista que se trata de contrato administrativo de execução continuada, para os quais não se aplica a limitação de vigência à qual aludiu o administrador.</p>	<p style="text-align: center;">Resolução nº 006/2003 – TJAP</p> <p>27. A Secção Única e a Câmara Única fazem parte da organização e funcionamento do Tribunal de Justiça do Amapá – TJAP e são presididas pelo</p> <p>(A) Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(B) Vice-Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(C) Corregedor-Geral do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(D) Presidente do Conselho da Magistratura do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(E) Presidente do Conselho Superior dos Juizados Especiais ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p>
<p>25. Diante da assunção de nova gestão ao Governo Estadual, foi regularmente criada uma Secretaria de Estado voltada as questões de natureza agrária e fundiária, com vistas, em especial, ao equacionamento de conflitos. Para composição do quadro de servidores que atuarão no órgão, a Administração pública, considerando as alternativas juridicamente possíveis,</p> <p>(A) poderá constituir o órgão integralmente por cargos de confiança em comissão, de livre nomeação e exoneração, independentemente da natureza das atividades a serem desenvolvidas.</p> <p>(B) poderá realizar concurso público para provimento de cargos comissionados ou empregos públicos.</p> <p>(C) deverá realizar concurso público para provimento de servidores públicos estatutários em cargos efetivos.</p> <p>(D) deverá realizar concurso público para seleção de empregados estatutários, submetidos a regime próprio de previdência.</p> <p>(E) poderá realizar concurso para provimento de cargos efetivos, reduzindo-se o período de estágio probatório em razão de se tratar de órgão novo.</p>	<p>28. A competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança e <i>habeas data</i>, quando a autoridade informante for Juiz de Direito, é</p> <p>(A) do Plenário do Tribunal.</p> <p>(B) da Câmara Única do Tribunal.</p> <p>(C) da Secção Única do Tribunal.</p> <p>(D) do Presidente do Tribunal.</p> <p>(E) do Corregedor-Geral do Tribunal.</p>
<p>26. Joaquim é diretor de uma empreiteira, tendo sido apurado em regular investigação que ele vinha gratificando servidores públicos para obtenção de informações privilegiadas que viabilizavam o sucesso da empresa nas licitações das quais participava. Diante desse quadro, especificamente no que se refere à atuação de Joaquim,</p> <p>(A) pode haver responsabilização por ato de improbidade, independentemente de imputação em outras esferas, tendo em vista que se equipara a agente público para os fins legais.</p> <p>(B) pode haver responsabilização por infração penal que, pela gravidade, absorve todos os demais ilícitos praticados.</p> <p>(C) não pode haver responsabilização por ato de improbidade, tendo em vista que seu cargo não se equipara a agente público para fins legais, não obstante possa haver imputação de ilícito em outras esferas.</p> <p>(D) não pode ser responsabilizado, na medida em que somente a servidores públicos pode ser imputada a prática de ato de improbidade, durante o desenvolvimento de procedimentos regidos pelo direito público.</p> <p>(E) pode haver responsabilização por improbidade que, se procedente, vinculará a condenação em todas as demais esferas.</p>	<p>29. Após o exame do processo pelo relator e lançado o relatório nos autos, haverá revisão por outro Desembargador. Essa fase NÃO ocorre no caso de</p> <p>(A) questão de ordem.</p> <p>(B) revisão criminal.</p> <p>(C) embargos infringentes.</p> <p>(D) apelação cível.</p> <p>(E) ação rescisória.</p> <p>30. Na ocorrência de inexistência de norma regulamentadora estadual ou municipal de qualquer dos Poderes, inclusive na Administração indireta, que torne inviável o exercício de direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, caberá</p> <p>(A) suscitação de conflito de competência.</p> <p>(B) mandado de segurança.</p> <p>(C) <i>habeas data</i>.</p> <p>(D) ação rescisória.</p> <p>(E) mandado de injunção.</p>



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Em um determinado momento, a coleção das informações armazenadas em um banco de dados é

- (A) o esquema desse banco de dados.
- (B) uma instância desse banco de dados.
- (C) um metamodelo desse banco de dados.
- (D) o projeto geral desse banco de dados.
- (E) uma partição desse banco de dados.

32. Em um Sistema Gerenciador de Banco de Dados, o recurso que define ações que devem ser executadas automaticamente na ocorrência de determinados eventos, e quando condições correspondentes sejam satisfeitas, é denominado

- (A) interrupção.
- (B) *role* (papel).
- (C) *trigger* (gatilho).
- (D) servidor.
- (E) trilha de auditoria.

33. Há diversas ferramentas computacionais dedicadas e apropriadas para se realizar a modelagem de um banco de dados. Uma dessas ferramentas é

- (A) Safari.
- (B) ERwin.
- (C) Dropbox.
- (D) Picasa.
- (E) Paint.

34. Há bancos de dados que combinam características de bancos de dados relacionais com bancos de dados orientados a objetos, e são conhecidos como

- (A) paralelos.
- (B) distribuídos.
- (C) objeto-relacionais.
- (D) semi-completos.
- (E) parciais.

35. Na modelagem de um banco de dados relacional, um dos principais itens a ser considerado é o conjunto de entidades, cujos atributos

- (A) indicam o número máximo de entidades que cada conjunto de entidades poderá possuir.
- (B) têm um limite máximo teórico de 10 para cada conjunto de entidades.
- (C) contêm as permissões atribuídas a cada um dos usuários do banco de dados.
- (D) representam propriedades descritivas próprias a cada membro do conjunto de entidades.
- (E) contêm a relação de sistemas gerenciadores de bancos de dados que podem suportar a modelagem realizada.

36. Considere a tabela de um banco de dados relacional, sendo ID a chave primária, Nome do tipo caractere e Fone do tipo inteiro.

ID	Nome	Fone		
1	Ana	348	269	...
2	Ivo	658	...	
3	Fábio	159	204	...

Essa tabela NÃO está na primeira forma normal porque

- (A) contém atributos numéricos e literais em uma única tabela, o que não é permitido.
- (B) não contém atributos do tipo data, impedindo a determinação do instante de geração dos registros.
- (C) contém uma chave primária simples, o que impede a confirmação do proprietário do banco de dados.
- (D) a chave primária é do tipo inteiro, impossibilitando a geração do código do banco de dados.
- (E) o atributo Fone contém valores que podem ser divididos, mantendo ainda um significado (não atômicos).

37. Uma estrutura importante de um banco de dados relacional é o dicionário de dados, que

- (A) não contempla o nome dos atributos de cada tabela.
- (B) ocupa uma área máxima prevista de armazenamento de 1Kb.
- (C) contém apenas a relação de usuários do banco de dados.
- (D) deve conter o nome das tabelas presentes no banco de dados.
- (E) é uma tabela que contém o histórico de utilização do banco de dados.

38. No particionamento ou fragmentação vertical de uma tabela de um banco de dados relacional

- (A) separam-se, obrigatoriamente, atributos do tipo numérico de atributos do tipo literal.
- (B) cada partição ou fragmento inclui alguns dos registros da tabela original.
- (C) acrescenta-se um atributo que irá conter um código denominado de *check-sum* dos demais atributos.
- (D) cada atributo é codificado e armazenado, visando, dessa forma, a proteção dos dados.
- (E) cada partição ou fragmento inclui alguns dos atributos da tabela original.

39. Um dos itens da administração do sistema gerenciador de bancos de dados PostgreSQL (V.9.3.4) refere-se a gerenciar informações sobre os bancos de dados por ele controlados. O PostgreSQL contém algumas visões que auxiliam nessa tarefa, dentre elas, a visão *pg_settings* que contém dados sobre

- (A) os parâmetros *run-time* do servidor.
- (B) estatísticas das tabelas do servidor.
- (C) os usuários dos bancos de dados.
- (D) a lista de bloqueios impostos.
- (E) a lista das funções presentes no banco de dados.

40. Considerando o controle de concorrência em bancos de dados, há diversos protocolos que podem ser utilizados. Dentre eles há o denominado bloqueio de duas fases. Em uma dessas fases, uma transação pode liberar bloqueios, porém não pode obter novos bloqueios. Tal fase denomina-se

- (A) crescimento.
- (B) normalização.
- (C) encolhimento.
- (D) validação.
- (E) granulação.



41. Uma atividade importante em um banco de dados refere-se à estimativa de custo das consultas que é influenciada pelo número de acessos ao disco de armazenamento dos dados. Sobre esse número de acessos é correto afirmar que
- (A) quanto maior, maior a estimativa de custos relativo das consultas.
 - (B) depende do tipo de nomenclatura utilizado nas tabelas.
 - (C) independe do número de registros presentes nas tabelas a serem acessadas.
 - (D) é limitado a 5, qualquer que seja o tipo de consulta realizada.
 - (E) depende do idioma do sistema gerenciador de bancos de dados.
42. Uma das formas de se garantir a integridade em um banco de dados é por meio da definição de atributos, como a chave primária que
- (A) sempre é formada por apenas um atributo.
 - (B) não pode ser composta por atributos numéricos.
 - (C) não pode ser composta por mais do que 3 atributos.
 - (D) pode ser composta por mais de 1 atributo.
 - (E) é formada por um único tipo de atributo, que é o que estabelece uma sequência numérica.
43. Considerando a propagação de privilégios atribuídos em um banco de dados relacional, há um tipo que permite especificar um número máximo de outras contas para as quais o usuário, que recebeu um privilégio, pode repassá-lo. Esse tipo de propagação é chamado de
- (A) horizontal.
 - (B) temporário.
 - (C) individual.
 - (D) estruturado.
 - (E) simples.
44. Uma propriedade importante quando se considera a recuperação de um banco de dados é constituída pelos chamados pontos de verificação (*checkpoints*). Um *checkpoint* consiste de um registro, cuja função é indicar que
- (A) o banco de dados sofreu uma paralisação programada para manutenção.
 - (B) houve uma falha no conjunto de discos utilizado para armazenamento dos dados.
 - (C) houve uma falha de comunicação entre as máquinas servidora e cliente.
 - (D) o banco de dados passou por uma operação de *backup* completo.
 - (E) todas as transações encerradas anteriormente ao *checkpoint* já foram confirmadas.
45. Considere o seguinte trecho de um comando SQL ANSI para a criação de uma tabela:
- ```
CREATE TABLE Teste
(Comando 1 . . .
 . . .)
```
- Deseja-se declarar um atributo de nome Item, do tipo caractere, com 20 posições e que seja chave primária da tabela. Para tanto, o Comando 1 deve ser substituído por
- (A) PK Item CHAR (20)
  - (B) Item CHAR (20) PRIMARY KEY
  - (C) CHAVE PRIMÁRIA Item CHAR: 20
  - (D) Item CHAVE PRIMÁRIA CHAR (20)
  - (E) Item PK CHAR: 20
46. Considere 3 tabelas de um banco de dados relacional:
- Programa (ID, Título, Descrição), Usuário (CPF, Nome, Cargo), Tem (ID, CPF).
- A tabela *Tem* implementa um relacionamento muitos para muitos de *Programa para Usuário*, sendo *ID* e *CPF* chaves estrangeiras na tabela *Tem*, com origem, respectivamente, nas tabelas *Programa* e *Usuário*.
- Considere a seguinte consulta SQL ANSI:
- ```
SELECT Título, Nome  
FROM Programa P, Usuário U, Tem T  
CLÁUSULA X
```
- A CLÁUSULA X para completar a consulta SQL, de modo a se obter o nome dos usuários e o título dos programas que eles utilizam é
- (A) WHERE ID IN P = ID IN T AND CPF IN U = CPF IN T
 - (B) WHERE P(ID) = T(ID) AND U(CPF) = T(CPF)
 - (C) WHERE P.ID = T.ID AND U.CPF = T.CPF
 - (D) WHERE ID (P,T) AND CPF (U, T)
 - (E) WHERE ID.P LIKE ID.T AND CPF.U LIKE CPF.T
47. Na linguagem PL/SQL, deseja-se especificar um atributo numérico com 5 dígitos no total, sendo 2 desses dígitos após a vírgula. A forma para representar tal atributo é
- (A) NUMBER (3, 2).
 - (B) NUMBER (5, 3, 2).
 - (C) NUMBER (5, 2, 3).
 - (D) NUMBER (5, 2).
 - (E) NUMBER (2, 3).
48. Na linguagem PL/SQL, deseja-se expressar uma condição de desigualdade, por exemplo, em uma cláusula WHERE. A condição de desigualdade expressa corretamente é
- (A) WHEREW ID @ 25.
 - (B) WHERE ID <> 25.
 - (C) WHERE ID \$ 25.
 - (D) WHERE ID % 25.
 - (E) WHERE ID # 25.
49. Na linguagem PL/SQL, deseja-se desabilitar um *trigger* denominado *Abc*, mas não excluí-lo do banco de dados. O comando que realiza esta tarefa é
- (A) DROP TRIGGER Abc = 0;
 - (B) CHANGE TRIGGER Abc → 0;
 - (C) MAKE TRIGGER Abc DOWN;
 - (D) PUT TRIGGER Abc OFF;
 - (E) ALTER TRIGGER Abc DISABLE;
50. O comando do SQL ANSI para excluir uma visão chamada *Prov*, de um banco de dados relacional, é
- (A) DELETE VIEW Prov;
 - (B) MAKE NULL VIEW Prov;
 - (C) DROP VIEW Prov;
 - (D) VIEW Prov = NULL;
 - (E) PUT VIEW Prov NULL;
51. Suponha que tenha sido criada uma *Procedure* na linguagem PL-SQL do Oracle 11g, denominada *Paper*, sem parâmetros de entrada. Uma das formas de invocar essa *Procedure* é por meio do comando
- (A) SET Paper (_, _) . . .
 - (B) JOIN Paper . . .
 - (C) CURSOR Paper . . .
 - (D) CALL Paper . . .
 - (E) UNIQUE Paper (null) . . .



52. Nas ferramentas de navegação OLAP (*On-Line Analytical Processing*), é possível navegar entre diferentes níveis de detalhamento de um cubo de dados. Supondo-se que um relatório esteja consolidado por Estados de um país, o processo que possibilita que os dados passem a ser apresentados por cidades e bairros, é denominado
- (A) *drill down*.
(B) *data mining*.
(C) *botton-up*.
(D) *drill up*.
(E) *top-down*.
53. Os sistemas de *Data Warehouse* utilizam-se de um modelo de dados diferente dos bancos de dados tradicionais, que proporciona ganhos de desempenho nas consultas. Esse modelo é conhecido como modelagem
- (A) dinâmica.
(B) dimensional.
(C) fixa.
(D) *online*.
(E) transacional.
54. A adoção de regras de nomenclatura dos dados de um banco de dados é um tema que vem sendo considerado por muitas empresas. Caso uma empresa opte por normatizar e padronizar os dados em seus bancos de dados, é correto afirmar que
- (A) as normas, por serem rígidas, podem levar à duplicação de informações.
(B) embora traga algumas vantagens, essa prática leva à proliferação de dados incompatíveis e redundantes.
(C) facilitará a manutenção e a organização dos códigos e diretórios.
(D) implicará em custos elevados, pois o mecanismo de aplicação das normas tende a duplicar o tempo de desenvolvimento.
(E) o acesso ao banco de dados ficará mais lento, pois um servidor de normatização deverá ser implantado.
55. Podem ser atribuídas a um usuário várias formas de autorização sobre partes de um banco de dados, como excluir, atualizar, ler e inserir novos dados. Esses tipos de autorizações são chamados de
- (A) atribuições.
(B) concessões.
(C) configurações.
(D) privilégios.
(E) proteções.
56. O controle de acesso à informação é composto por diversos processos, dentre os quais, aquele que identifica quem efetua o acesso a uma dada informação. Esse processo é denominado
- (A) autenticação.
(B) auditoria.
(C) autorização.
(D) identificação.
(E) permissão.
57. Em um banco de dados, uma maneira de aumentar a segurança é a ocultação de dados de um usuário. Um recurso que pode ser utilizado na ocultação de dados que o usuário não tem necessidade de acessar, denomina-se
- (A) *procedure*.
(B) *script*.
(C) *trigger*.
(D) trilha.
(E) *view*.
58. A redundância controlada de dados em um sistema de banco de dados ocorre quando
- (A) um programa está ciente da múltipla representação de uma dada informação e garante o sincronismo entre as diversas representações.
(B) a responsabilidade pela manutenção do sincronismo entre as múltiplas representações de uma dada informação é compartilhada entre o programa e o usuário.
(C) os dados mais importantes são duplicados a cada *backup* do sistema, visando aumentar a garantia da recuperação da informação em caso de problemas.
(D) a responsabilidade pela manutenção do sincronismo entre as múltiplas representações de uma dada informação é do usuário.
(E) um programa está ciente da múltipla representação de uma dada informação, mas não garante o sincronismo entre as diversas representações.
59. Na replicação de tabelas em um banco de dados relacional,
- (A) cada tabela replicada não pode ser acessada (para leitura ou escrita), por mais do que um usuário, simultaneamente.
(B) quando uma tabela tem seus dados modificados, todas as réplicas dessa tabela devem também refletir tal modificação.
(C) quando uma réplica é acessada para leitura, as demais réplicas são bloqueadas para leitura.
(D) o número máximo teórico de réplicas possíveis que uma tabela pode ter é 5.
(E) as diversas réplicas devem ser salvas em locais com sistemas gerenciadores de bancos de dados distintos entre si.
60. O parâmetro PCTREE do sistema gerenciador de bancos de dados Oracle 11g estabelece
- (A) o número máximo de registros de cada tabela.
(B) o número máximo de registros de cada tabela que admitem valores nulos.
(C) a quantidade de memória que um banco de dados pode ocupar quando estiver sendo executado.
(D) a fração/porcentagem mínima de espaço livre que um "data block" deve manter.
(E) o número máximo de registros de cada "data block".